

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.191.473 - RS (2017/0272691-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : TEIKON TECNOLOGIA INDUSTRIAL S/A
ADVOGADOS : DIEGO MARTIGNONI E OUTRO(S) - RS065244
JOSÉ VICENTE PASQUALI DE MORAES - RS065670
THIAGO TODESCHINI FERREIRA - RS102184
AGRAVADO : L. F. T. CARDÓ - ME
ADVOGADOS : FLÁVIO RICARDO COMUNELLO - RS052311
FABIANO CASTILHOS DE MATTOS E OUTRO(S) - RS060168
FERNANDO GOBBO DEGANI - RS057909

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **TEIKON TECNOLOGIA INDUSTRIAL S/A**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 429/442 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 370/371, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHA. ART. 408 DO CPC/1973. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO RETIDO DESACOLHIDO. AÇÃO DECLARATÓRIA. SUSTAÇÃO DE PROTESTO. DUPLICATA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONSULTORIA ESTRATÉGICA E ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO CORPORATIVA. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PROVAS. EXTINÇÃO DO CONTRATO JÁ OPERADA POR OCASIÃO DA NOTIFICAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. PERDAS E DANOS. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. RECONVENÇÃO. COBRANÇA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Não preenchidos os requisitos insculpidos no art. 408 do CPC/1973, desabe a substituição da testemunha que não compareceu à audiência de instrução, e para a qual viria independentemente de intimação. Hipótese de cerceamento de defesa não configurada. Agravo retido desacolhido.

2. Ação declaratória. Sustação de protesto. Não se apresenta ilegal ou abusiva a emissão de duplicata posteriormente apontada com base no contrato de prestação de serviços atinentes à consultoria estratégica e assessoria em comunicação corporativa quando a contratada deixou de adimplir com sua obrigação. Exceção do contrato não cumprido inaplicável na espécie.

Por ocasião da denúncia do contrato, a apelante foi comunicada a respeito da continuidade dos serviços pelo prazo de sessenta dias, conforme previsão contratual.

3. A extinção do ajuste se operou por ocasião da notificação para tanto efetuada pela recorrente, a qual incontroversa.

4. Indemonstrada pela empresa apelante a prestação da obrigação de modo insuficiente ou insatisfatório pela parte adversa, descabida a pretensão de restituição de valores pagos (parcial ou integral), assim

como pretendida indenização por perdas e danos.

5. Reconvenção. A cobrança relaciona-se às notas fiscais nº 200, 207 e 219, emitidas nas datas de 16.04.2012, 16.05.2012 e 12.06.2012, respectivamente, e que correspondem aos serviços prestados no período, inclusive no prazo de sessenta dias a partir da notificação efetuada pela apelada, consoante a previsão da cláusula sexta, parágrafo sexto, do instrumento.

Comprovada a causa debendi, permanece hígida a referida cobrança.

5. Sentença mantida por seus próprios fundamentos.

AGRAVO RETIDO E APELAÇÃO DESACOLHIDOS.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 391/397, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação declaratória de inexistência de débito cumulada com rescisão contratual. A parte ré, citada, apresentou reconvenção. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido de inexistência de débito e procedente o reconvenicional. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 474, 475, do CC/02, 131, 333, I, 400, 408, 458, II e 535, II do CPC/73. Sustenta, em síntese, que: i) houve negativa de prestação jurisdicional; ii) há possibilidade de substituição da testemunha; iii) a parte recorrida não comprovou o seu direito; e, por fim iv) deve ser reconhecida a teoria da exceção do contrato não cumprido.

Contrarrazões às fls. 419/428, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: i) inexistir negativa a prestação jurisdicional; e ii) rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 445/452, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices elencados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fls. 454/455, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar.**

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação dos artigos 458 e 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - aplicação de forma contraditória e omissa os dispositivos 74, 475, do CC/02, 131, 333, I, 400, 408,

458, II e 535, II do CPC/73 - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 396, e-STJ):

"[...] Como referido no v. acórdão, o pedido de substituição da testemunha não preencheria os requisitos insculpidos no art. 408 do CPC/1973, e, de acordo com a prova documental coligida nos autos, não foram demonstradas as razões para a denúncia, e, ainda que comunicada a respeito da manutenção dos serviços pelo prazo de sessenta dias, conforme previsão contratual, a contratante a tanto não se opôs, e, inclusive, negociou o prazo para pagamento dos títulos posteriormente apontados, e que se referiam ao período em que o contrato ainda estava vigorando. **A decisão, portanto, não violara o art. 5º, LV, da CF, os arts. 474 e 475 do CC, os arts. 131, 333, I, 400, 408, 458, II, todos do CPC.**[...]"

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

3. Quanto à substituição da testemunha, o Tribunal de origem consignou que "Nesse sentido, correta a decisão da Julgadora a quo, pois que não se trata de hipótese insculpida no referido dispositivo legal, além do fato de que se apresenta despicenda a dilação probatória em razão da prova documental coligida nos autos ser suficiente ao deslinde da demanda, inclusive no tocante à reconvenção." (fl. 377, e-STJ), fundamento este não impugnado no recurso especial.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."*).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPRESCINDIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

1. A argumentação contida no recurso especial não possui elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não ataca especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.

2. O "plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis e sempre sujeita a condição resolutiva, que é o eventual descumprimento do que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daqueloutra, comum, prevista na lei civil". (REsp 1.333.349/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/11/2014, DJe 02/02/2015) 3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 952.727/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283. DECISÃO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULAS 283/STF E 7/STJ.

1. Não compete a esta Corte Superior a análise de suposta violação de normas constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

2. É inadmissível o recurso especial que não impugna motivação do acórdão recorrido apta, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual (enunciado 283 da Súmula do STF).

3. A identificação de requerimento para produção de provas, cujo não atendimento propiciou o cerceamento de defesa com o julgamento antecipado do feito, não configura decisão extra petita.

4. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1082300/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe

17/09/2018)

4. No caso concreto, o Tribunal local, após análise do acervo fático-probatório, bem como das cláusulas contratuais, afastou a tese da exceção do contrato não cumprido e manteve hígido o título executivo extrajudicial.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 379/, e-STJ):

"[...] A exceção do contrato não cumprido mostra-se assim inaplicável na espécie, porquanto indemonstrada nos autos. [...] Em pese a notificação realizada pela recorrente com o intuito de denunciar o contrato, **não restou cabalmente comprovado nos autos que a apelada não cumpriu os serviços para os quais fora contratada.** No ponto, descabe a restituição dos valores já pagos à contratada. Inclusive **não foram demonstradas as razões para a denúncia**, e, ainda que comunicada a respeito da manutenção dos serviços pelo prazo de sessenta dias, conforme previsão contratual, a contratante a tanto não se opôs, e, inclusive, negociou o prazo para pagamento dos títulos posteriormente apontados, e que se referiam ao período em que o contrato ainda estava vigorando. [...] **Também não restaram comprovados** os alegados prejuízos a ensejar a indenização das perdas e danos, sendo certa a inocorrência de ilícito, demonstrado nos autos, a dar-lhe sustentação. A apelante não se desincumbiu do ônus previsto no art. 333, 1, do CPC/1973.[...] **Comprovada a causa debendi, permanece hígida a referida cobrança.**".

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, bem como de cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas n. 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. O Tribunal local decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que só se declara a nulidade de atos processuais caso verificada a ocorrência de efetivo prejuízo a uma das partes. Incidência da Súmula 83 do STJ. 1.1. Para aferir a ocorrência de cerceamento de defesa e a existência de prejuízo, como pretende a agravante, seria necessário a incursão no acervo fático-probatório dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

2. Alterar as premissas adotadas pelo decisum atacado, no tocante à alegada exceção do contrato não cumprido, demandaria a interpretação das cláusulas contratuais e a rediscussão da matéria fático-probatória, providência inviável em sede de recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 548.003/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. **EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. REEXAME DE CONTRATO E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. ENTENDIMENTO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. A modificação das conclusões do acórdão recorrido - fundadas na prova pericial e no contexto probatório dos autos -, a fim de se reconhecer a incidência da exceção de contrato não cumprido, demandaria o reexame de matéria de fato.

4. Inadmissível recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 691.511/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 15/12/2017)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. RESCISÃO. CULPA CONCORRENTE. **MULTA CONTRATUAL. INEXIGIBILIDADE. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535, II, do CPC, pois embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. A análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 394.808/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 09/11/2015)

5. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

6. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15, observado o limite legal e a gratuidade de justiça deferida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator